

O jornalista nas publicações do Sindicato Nacional dos Jornalistas: contribuição para a construção do Pensamento Jornalístico Português

The journalist at the publications of Sindicato Nacional dos Jornalistas: contributions to the construction of the Portuguese Journalistic Thought

26

Patrícia Oliveira Teixeira (Centro de Investigação em Comunicação, Informação e Cultura Digital (CIC.Digital) - pólo FCSH/NOVA)

patriciaoliveirateixeira@gmail.com

Resumo: Este trabalho teve por objetivo descrever, através de uma análise qualitativa do discurso, os conteúdos sobre jornalistas publicados no *Boletim* (1941-1945) e em *Jornalismo* (1967-1971), as duas publicações do Sindicato Nacional dos Jornalistas (SNJ), vindas a lume durante o regime do Estado Novo, determinando: (1) de que forma nestes boletins se falou sobre os jornalistas, numa altura em que a censura "atuava" sobre tudo aquilo que era publicado no país; e (2) quais os enquadramentos simbólicos construídos discursivamente no *Boletim* e em *Jornalismo*, sobre os jornalistas. Concluiu-se que os redatores destes periódicos sindicais procuraram traçar as fronteiras conceptuais da profissão de jornalista e lutaram, simbolicamente, para demonstrar a dificuldade e o poder da profissão, como forma de a dignificar. Preocuparam-se, também, com a afirmação na sociedade deste profissional, de modo a reforçar a identidade da classe, e como eventual base para reivindicações de melhores condições para o exercício profissional.

Palavras-chave: História do jornalismo; publicações jornalísticas; sindicalismo jornalístico; Portugal; Sindicato Nacional dos Jornalistas.

Abstract: This study aimed to describe, through a qualitative analysis of the speech, the contents about journalists, published in *Boletim* (1941-1945) and *Jornalismo* (1967-1971), the two publications of the Sindicato Nacional dos Jornalistas (SNJ), published during the regimen of the Estado Novo, determining: (1) how, in these bulletins, they spoke about the journalists, in a time when censorship "acted" upon everything that was published in the country, and (2) what the symbolic frameworks discursively constructed in *Boletim* and in *Jornalismo* about journalists. It concluded that the writers of these syndical periodics tried to draw the conceptual boundaries of the journalism profession and fought, symbolically, to demonstrate the difficulty and power of the profession as a form of dignifying it. They worried, also, with the affirmation

of this professional in the society, in order to strengthen the identity of the class, and as a possible basis for demands for better conditions for professional practice/exercise.

Key-words: Journalism history; journalistic publications; journalistic syndicalism; Portugal; Sindicato Nacional dos Jornalistas.

Introdução

O Sindicato Nacional dos Jornalistas (SNJ) foi instituído em 1934 e veio dotar a classe jornalística portuguesa de um organismo sindical com relativa representação, pese embora a sujeição a que a corporação ainda tinha de se submeter, devido aos constrangimentos à liberdade de imprensa impostos pelo regime ditatorial em vigor. No entanto, já antes se haviam registado algumas tentativas de agregação por parte dos jornalistas portugueses (ou daqueles que se consideravam como tal), em organizações profissionais e mesmo num sindicato, mas, a partir do momento em que nasceu, o SNJ passou a ser a única entidade representativa da corporação permitida pelo Governo (Cunha, 1941: 35-36).

Ao longo dos anos, o campo de ação do SNJ foi passando pela procura de cursos de formação profissional para a sua classe, pela luta pelos fins de previdência e, sempre, pela representação da classe dos jornalistas. Foram encetadas, por parte da corporação, tentativas para implementar um curso para jornalistas; criou-se a Carteira Profissional dos Jornalistas, sendo o Sindicato Nacional dos Jornalistas quem regulava e controlava a sua atribuição; transformou-se a Caixa de Reformas dos Jornalistas em Caixa de Previdência e abono de Família dos Jornalistas (CPAFJ) que, mais tarde, foi integrada no sistema geral de Previdência; entre outras conquistas (Sindicato Nacional dos Jornalistas).

Em maio de 1941, em plena ditadura salazarista do Estado Novo, publicou o seu primeiro boletim. Nesse mesmo ano, foram publicados mais quatro números e o quinto, e último, foi publicado em 1945 e dizia respeito aos anos de 1942 a 1945. Em 1967, numa altura em que o jornalismo assistia a uma modernização e atravessava uma fase de grandes mudanças, o SNJ começou a publicar *Jornalismo*, que viria substituir o antigo e extinto *Boletim* e que, de forma não contínua, se foi publicando até aos anos noventa, interessando, no entanto, para esta pesquisa, apenas os números saídos até 1971, contando-se um total de dezassete exemplares. *Boletim* e *Jornalismo* são, assim, objeto de estudo relevante para se compreenderem as idéias e sentimentos dos jornalistas portugueses, dos anos quarenta e de finais se sessenta, inícios de setenta. O objetivo geral desta pesquisa é apreciar os conteúdos do *Boletim* e de *Jornalismo*, prestando especial atenção ao enquadramento discursivo dado aos jornalistas e ao exercício da atividade jornalística, num contexto histórico marcado pela ditadura do Estado Novo e por transformações no modo de fazer e de conceber o jornalismo. Ou seja, pretende apurar-se *do*

que *falam* e *como falam* estas publicações, quando os jornalistas são o tema, o que pode consubstanciar-se nas seguintes perguntas orientadoras da pesquisa:

1) Quais os temas do discurso metajornalístico do *Boletim* e de *Jornalismo* sobre os jornalistas e as condições do exercício profissional do jornalismo em Portugal, em plena ditadura do Estado Novo?

2) Quais os enquadramentos simbólicos construídos discursivamente pelo *Boletim* e por *Jornalismo* sobre os jornalistas e as condições do exercício profissional? Ou seja, como olharam os redatores do *Boletim* e de *Jornalismo* para eles próprios e para os seus camaradas de profissão, tendo em conta o contexto da época?

A hipótese a testar é a de que as publicações *Boletim* e *Jornalismo*, para além de, enquanto órgãos sindicais, terem atentado nos problemas e dilemas dos jornalistas e do jornalismo em Portugal, nos anos quarenta e em finais dos anos sessenta, início de setenta, também contribuíram para a teorização nacional do jornalismo, tendo, em particular, abordado alguns dos temas estruturantes do Pensamento Jornalístico Português anterior a 1974, como conjuntura jornalística e vida profissional (Sousa, coord. *et al*, 2010).

A apuração de dados qualitativos sobre o discurso do *Boletim* e de *Jornalismo*, conforme propõe Sousa (2006: 343-376), restringiu-se à inventariação, anotação e descrição dos principais enquadramentos discursivamente sugeridos para os jornalistas e para as condições de exercício da profissão e à tentativa de clarificação das intenções dos respetivos enunciadores. Lendo-se o periódico em causa, procuraram determinar-se e registar exemplos dos principais enquadramentos de sentido sugeridos para os assuntos identificados como centrais.

Os jornalistas no discurso do *Boletim*

Sobre os jornalistas, o que diz o *Boletim* do SNJ e que significados sugere para aquilo que diz? Primeiro, cumprindo a “obrigação” sindical, o *Boletim* apela à unidade dos jornalistas portugueses em prol da melhoria das condições “materiais e morais” (como então se dizia) da classe. No entanto, a questão sobre o que efetivamente caracterizaria um jornalista não tinha resposta unânime. Prova disso, Luís Teixeira reage, no *Boletim* do SNJ, a um artigo do escritor Júlio Dantas (publicado n’*O Primeiro de Janeiro* de 20 de fevereiro de 1945), sintomaticamente intitulado “Que é ser jornalista?”. No texto, Luís Teixeira refere que o jornalismo seria uma verdadeira profissão mas, ao mesmo tempo, nova o que causava alguma dificuldade na sua definição:

Que é ser jornalista? – pergunta o eminente escritor Sr. Dr. Júlio Dantas (...). E acrescenta: “toda a gente o sabe – dir-se-á. Não é tanto assim. Creio mesmo, que poucas profissões se apresentam tão difíceis de precisar quanto à natureza e ao âmbito da sua função.” (...)

É que o jornalismo, pode dizer-se, é uma profissão nova (...) e a sua regulamentação não atingiu ainda, em toda a parte, o mesmo grau de aperfeiçoamento e a mesma robustez de apetrechamento legal que a defesa (Teixeira, 1945: 135-141).

Um problema de sempre do jornalismo – profissional ou não – é o da relação com o público. Que relações os jornalistas devem estabelecer com ele? Joaquim Manso é de opinião que o jornalista deve pautar a sua ação por uma certa independência em relação aos gostos do leitor e trabalhar para lhe elevar o espírito. Porém, o autor também está seguro de que um jornal industrial, em concorrência, para sobreviver, tem de encontrar um ponto de equilíbrio entre esse desejo e os interesses e necessidades do público:

29

Existe um problema delicado – fundar, lançar e sustentar um jornal, com a intenção de não turvar as águas de que o povo bebe (...). Muito importa que o público não seja escravo do que lê nem o jornalista escravo do seu leitor: devem um ao outro atencões e mútuos respeitos. Entre a quantidade e qualidade convém saber escolher, de modo que, quando aumentam as tiragens e as receitas, isso não signifique que a matéria abafou o espírito (Manso, 1945: 270).

O exercício profissional do jornalismo, efetivamente, seria fonte de muitas incompreensões por parte do público. Às vezes, até consideraria o jornalismo uma “profissão de falhados”, como escreve José Ribeiro dos Santos, apesar de ser o jornalismo o “alimento espiritual” de muita gente:

Parece ser ideia por algumas pessoas assente e um tanto divulgada a de que o jornalismo é uma profissão de falhados. (...)

Em boa verdade, dentro de um jornal, um jornalista é apenas isto: uma peça dessa complicada máquina de cujo rigoroso funcionamento depende, em cada dia, o melhor ou pior alimento espiritual de muita gente – de quase toda a gente (Santos, 1941: 139).

Numa das muitas tentativas de persuadir os pares e o público da enorme dificuldade – mas também da enorme dignidade – da profissão de jornalista, Fernando Alberto Pimentel faz um “Elogio do jornalista”, num artigo originalmente publicado no diário *República*, a 7 de novembro de 1943, republicado pelo *Boletim do Sindicato Nacional dos Jornalistas*. Nele, além de sugerir que ao jornalista são exigidas qualidades quase sobre-humanas e total devoção ao trabalho – incluindo aqui a luta pela *cacha* ou a possibilidade de ser morto ao exercer a sua profissão, o

autor também reconhece que o jornalista tem, ao fim de contas, um significativo poder simbólico sobre o público:

Ser jornalista, hoje em dia, representa ser um soldado. A responsabilidade actual sobre ele, e o seu dever tem de ser cumprido custe o custar, pois é absolutamente necessário que o grande público seja informado dia a dia do que se faz no mundo inteiro e essas informações não-de ser absolutamente concretas e claras. (...) O jornalista não pode basear-se em dúvidas, mas sim em certezas. (...) Tem que ser concreto e simples, pois deve atender a que aquilo que escreve é lido por pessoas das mais variadas capacidades mentais. Isso, sem dúvida alguma torna ainda mais difícil o árduo trabalho do jornalista. (...). Tem, necessariamente, de ser crítico e observador, pronto a ver aquilo que não é dito em linguagem corrente e que oculta qualquer coisa. (...). O sacrifício faz parte integrante do seu ser, porquanto não vive para si, mas para o grande público (...). Embora se tivesse melhorado a situação financeira do jornalista, ela ainda não corresponde à desejada recompensa que requer o trabalho intelectual, muito mais penoso e em que se consomem todas as energias do homem. (...) Entre as mais nobres missões a de jornalista é uma delas. Ao serviço do público, da grande informação, acedendo às necessidades da vida actual, durante a presente guerra, os soldados da imprensa têm tombado no campo de batalha ao lado dos seus irmãos combatentes. Esse sacrifício não é em vão, pois é preciso que a Imprensa seja sempre a primeira a levar ao conhecimento do grande público aquilo que se passa neste mundo devastado pelo mais terrível flagelo (Pimentel, 1945: 142-145)

Os jornalistas portugueses da década de quarenta lutavam, efetivamente, pela clarificação conceptual e pela dignificação da sua profissão, que, conforme escreve Pimentel (Pimentel, 1945: 143), impunha enormes responsabilidades. Isso torna-se patente nos discursos que sugerem ser o jornalismo uma profissão "superior", mesmo que não estivesse sujeita a formação específica:

E quem foi que nos orientou, esclareceu, informou, ventilou problemas que nos dizem respeito, se tornou o intérprete das nossas opiniões ou dos nossos clamores, trabalhou para nos ser prestável? Um homem que não é convenientemente apreciado – o jornalista.

Com efeito não há nada que mais espante que o desdém que muita gente afecta pelo jornalismo, considerando-o como o último refúgio das vocações fracassadas. Num país onde pulula o diplomado, que a si mesmo se atribui uma categoria intelectual

incomparável, o homem que escreve nos jornais não merece a essa gente a devida consideração (...).

O jornalista não tem curso privativo que o habilite a desempenhar a sua actividade mental e nisso, como já foi acentuado, se pretende basear a inferioridade implícita, dado que o acesso dos postos que ele ocupa se alcança sem habilitações especiais. Mas haverá cursos de talento? Aprende-se em algum sítio aquilo que é mais difícil de fazer, como seja o exprimir com clareza as ideias que se procuram transmitir? (Garção, 1945: 8-9)

Mas ser-se jornalista – de *jornal*, bem entendido – não seria uma tarefa fácil. Um texto do então chefe da delegação do diário portuense *O Primeiro de Janeiro* em Lisboa, Manuel dos Santos, intitulado “O Jornalismo”, lembra que entre os jornalistas alguns triunfam, mas outros serão sempre figuras de segunda linha, por muito que todos sejam necessários para a missão crucial do jornalismo – fazer um jornal que fale dos aspetos visíveis e invisíveis da “vida” nas suas diferentes nuances, com respeito pelo público a que este se dirige. O jornalista fala, também, da redação do “artigo de fundo” que corresponderia, ao tempo, ao momento de consagração para vários jornalistas. No entanto, segundo Manuel dos Santos (1941), essa consagração seria mera ilusão e poderia até transformar-se em desilusão. O autor elogia, assim, as figuras de segundo plano do jornalismo, a “grei” dos jornalistas, os únicos que acabariam por se manter na profissão – uma profissão que, aliás, representaria, no fundo, mais “escravidão” do que “glória”:

Se o vulgo, em geral, não tem preocupações estéticas, ou se mesmo as ideias expandidas o não interessam, outros há porém, que vêm no jornal e na sua expansão uma maneira de se celebrizarem. Para estes o “fundo”, ou melhor ainda o grande acontecimento vistosamente enroupado de cores, emotivo, forte de expressão, torna-se sedutor, verdadeiramente sugestivo. Os sonhadores de glória julgam, na sua ilusão, poderem atingir por aquela via o que o seu sonho lhes dita. Puro engano! O certo é que muitos desses iludidos, em qualidades, caem nas redacções dos jornais para iniciar a carreira e a maioria deles saem como entraram, quando a triste realidade lhes mostra que, afinal, o interior está em desacordo com a fachada, que o jornalismo é uma canga, em vez de um colar de pedras preciosas. (...) Pertencentes à grei ficam por fim os mais fortes, os tenazes, os que acabam por vencer pelas qualidades, aqueles que, enredados, lá envelhecem, esperando a saída, que não encontram (Santos, 1941: 39-40).

Perante as incompreensões e sacrifícios que o jornalismo imporia aos seus profissionais, a falta de consideração e respeito que alguns teriam pela profissão era motivo de revolta. O jornalista brasileiro Ribeiro Couto (1941), por exemplo, critica, no *Boletim* do Sindicato Nacional dos Jornalistas, a displicência com que alguns políticos usariam a expressão “rapazes de jornal”:

No contacto que tive (...) com o senado (...) (fazendo a reportagem parlamentar para a *Gazeta de Notícias*), ficou-me, entre muitas sensações agradáveis, uma sensação desagradável: a do costume que tinham os velhos políticos de se referirem aos jornalistas. Todos eles (...) diziam sempre:

– Esses rapazes de jornal...

A mim, bisonho naquele ambiente, essa designação genérica humilhava-me um pouco. Mesmo quando (...) o tom benévolo parecia significar:

– Esses sujeitos que passam fome e vivem atrás da gente para surpreender uma novidade e cometer uma infâmia (Couto, 1941: 81).

Os redatores do *Boletim* do SNJ procuraram transmitir a ideia de que o jornalismo era uma verdadeira profissão cujas fronteiras teriam de ser delimitadas, a exemplo do que sucede nas profissões liberais. Isso exigiu um esforço de conceptualização sobre *quem* poderia ser considerado profissional do jornalismo – indivíduos que exercessem permanentemente a profissão num diário ou numa agência noticiosa, como atividade principal, e fossem remunerados por isso.

A conceptualização da profissão empreendida pelos colaboradores do *Boletim* do Sindicato Nacional dos Jornalistas foi acompanhada por uma luta simbólica em prol da sua dignificação, quer perante os próprios jornalistas, quer perante terceiros. São assim frequentes, no periódico, os apelos à melhoria das condições materiais (salariais) e morais do exercício profissional bem como as sugestões de que o jornalismo é uma profissão difícil e, às vezes, incompreendida, até porque os jornalistas estão sujeitos a erros, como quaisquer seres humanos. Igualmente frequente nos textos dos redatores do *Boletim* do SNJ é o ponto de vista que atribui aos jornalistas qualidades incomuns de devoção e sacrifício.

Segundo os redatores de *Jornalismo*, dos jornalistas esperava-se uma enorme cultura geral, apesar de o jornalismo tender, já então, para a especialização. Tendo em conta a influência social do jornalismo, exigia-se-lhes o cultivo de valores profissionais e o desenvolvimento de uma ética de responsabilidade nas relações com o público. Mas também se invoca a devoção patriótica à nação, ou melhor dizendo, ao nacionalismo salazarista e, neste sentido, parece que se procura admitir a possibilidade de o jornalismo ceder à propaganda.

Os jornalistas no discurso de *Jornalismo*

O discurso sobre os jornalistas ocupou grande parte das peças do boletim. A temática nunca se esgotou, o que só prova o quanto o debate sobre o assunto era importante para a classe.

Em 1967, o Sindicato organizou um conjunto de debates em “mesas redondas”, na sua sede, com o objetivo de analisar a situação do jornalista profissional português. Os próprios organizadores consideraram o tema proposto para estudo algo arrojado, mas útil, pois, entre outros objetivos, procurava elucidar a direção do Sindicato acerca do que pensava a classe sobre os problemas que se colocam à sua gestão e só por isso já era francamente positivo. Os orientadores das mesas foram César Afonso, que falou da formação profissional; Manuel de Azevedo, que se ocupou da posição social do jornalista; José Rodrigo Carneiro da Costa Carvalho, que analisou a posição do jornalista quanto ao domínio natural; e Leopoldo Nunes, que falou sobre deontologia profissional.

César Afonso começou por referir que o problema da formação profissional dos jornalistas deveria ser encarado sob o aspeto psicológico e sobre o aspeto pedagógico. O jornalista salientou que sua a profissão tinha muitos espinhos e que estava longe de “corresponder à auréola de que o público a rodeia, imaginando-a uma profissão privilegiada”. Completa César Afonso:

Essa auréola é antes uma coroa de espinhos, porque faltam infelizmente aos jornalistas as condições necessárias para poderem exercer a sua actividade. (...)

O jornalista, para estar à altura das suas responsabilidades, não pode descurar o estudo dos problemas que tem de versar; daí a necessidade de uma permanente actualização e valorização, para poder responder às crescentes exigências profissionais. A sobrecarga de trabalho por falta de conveniente compensação e de estímulos, dentro das empresas jornalísticas, obriga os profissionais a uma dispersão prejudicial para eles como para os jornais (Afonso, 1967: 9-10)

O jornalista acrescentou, relativamente ao segundo aspeto, o pedagógico, que, ao contrário do que era a opinião generalizada, era difícil ser-se jornalista, não bastando, para tal, uma cultura de base, mas também uma especialização.

Manuel de Azevedo (1967: 10), na sua exposição, referiu que este tipo de iniciativa permitia “o diálogo aberto, metódico e sistemático sobre problemas da profissão” e que seria importante que toda a classe tirasse dela proveito, porque “uma classe como a nossa não pode viver de ficções, na medida em que é uma realidade. Os problemas que nos dizem respeito terão de ser analisados por todos nós, se queremos encontrar as melhores soluções e, sobretudo, as *soluções possíveis*.” (1967: 10).

Convidado a falar sobre a posição social dos jornalistas, refere que esta tem sido variável ao longo dos tempos, mas que dependeria sempre, em primeiro lugar, de si mesmo e das suas qualidades morais, intelectuais e profissionais. Depois, dependeria, também do prestígio da

imprensa em que trabalha, do público a que se dirige, da audiência de que disponha, da maior ou menor possibilidade de revelar-se. O autor fala, ainda, da industrialização dos meios de informação e do trabalho que falta fazer para elevar a posição social do jornalista.

Com a industrialização dos meios de informação, (...), a Imprensa sofreu profunda evolução (...). De qualquer forma, assistimos à progressiva profissionalização da actividade jornalística. Mas, como quase não tínhamos jornalistas profissionais, estes foram sendo recrutados para as tarefas menores e mais penosas do jornal (...).

Todos nós conhecemos exemplos de profissionais dedicados, competentes e entusiastas nas suas tarefas que não só morreram pobríssimos, como viveram ignorados dos seus próprios leitores! (...) A posição social do jornalista dependerá, embora não exclusivamente, da sua preparação cultural e profissional, da sua capacidade intelectual, das suas virtualidades técnicas e do grau de consciência com que serve o público. Dependerá da proporção de humildade e de grandeza que saiba pôr na informação e explicação dos acontecimentos. Dependerá, fundamentalmente, da sua personalidade. (...)

Esta é uma tarefa de toda a classe. Tem de trabalhar para se valorizar a si mesma e, sobretudo, ser exigente para os novos. Quanto mais alto for o nível a que se fizer o recrutamento dos profissionais, quantas mais exigências se fizerem na admissão dos novos jornalistas, mais estaremos a contribuir para a ascensão social da profissão (Azevedo, 1967: 11).

Manuel de Azevedo procura, ainda, mostrar que a ascensão social do jornalista será tanto maior quanto mais este for um profissional responsável e só assim é que poderá conseguir-se o reconhecimento e posição social para toda a classe, não como um "privilégio imerecido" mas como um "reconhecimento justo dos direitos devidos a uma função de utilidade pública" (Azevedo, 1967: 11).

Ainda sobre o jornalista e sobre o seu papel na sociedade e na formação de uma opinião pública, diz o autor que este tem responsabilidades várias e que, servindo o público, cumpre-as:

Mas cada jornalista servirá melhor a empresa em que trabalha na medida em que melhor servir o público, em toda a sua liberdade de consciência moral e profissional. (...)

O jornal tende a ser, portanto, e cada vez mais, o auxiliar indispensável de consciência da opinião pública. Quanto mais esclarecida for a opinião do jornalista, mais prestígio e bom conceito obterá junto do público (...).

Constituindo, portanto, uma classe com crescentes responsabilidades culturais, sociais e morais, os jornalistas deverão reclamar as condições adequadas, não só às suas necessidades vitais mas, também, de acordo com as suas necessidades específicas. (...)

Portanto, é servindo o público que o jornalista digno desse nome se serve a si próprio (Azevedo, 1967: 12).

O jornalista, através deste texto, mostra, então, que é justo e importante que o profissional da imprensa procure elevar a sua posição social, pois só desse modo tornará útil a sua intervenção na sociedade. Para o conseguir, deve procurar elevar o seu nível técnico e profissional e procurar, também, servir com isenção e honestidade a comunidade em que se insere.

Costa Carvalho (1967) teve a tarefa de discursar acerca da situação material da classe, uma das principais causas de descontentamento entre os jornalistas, uma vez que, em termos de remunerações, contratos de trabalho e previdência social a opinião praticamente geral era de que se estava longe de atingir alguma justiça e equidade. O autor refere que "o que, em matéria de remunerações, a classe já conseguiu pode não corresponder às exigências do momento, mas favoreceu a aproximação de concretizações futuras" (Carvalho, 1967: 13) e que "a missão do Sindicato (...) será a de um conseguimento unitário e não seccionado, com apoio e aplauso às iniciativas patronais (...)" (Ibid: 13). Porém, refere também que lhe parece que "o Sindicato não estará em condições de conseguir tão-somente pela influência educativa sobre os seus membros, que os estímulos sociais adequados sejam suficientes e que se prescindia da coacção." (Ibid: 13).

No fundo, o jornalista assevera que a classe merece alcançar o bem-estar económico e social "que de imediato acabará por favorecer quem o proporcionar" (Ibid: 13), apesar de, na maioria dos casos conhecidos, isso não se estar a verificar: "(...) não poderá dizer-se que se tenha atendido à especificação de salários capazes de nos porem a coberto da evolução contínua dos fenómenos económicos. Jogou-se e continua a jogar-se com os mínimos" (Ibid: 13).

Costa Carvalho defende, também, para a sua classe o direito a receber "assistência clínica, hospitalar, e abono de família" (Ibid: 14) pois, em termos de previdência social, pouco mais tinham que a Caixa de Reformas. E vai mais longe ao enumerar as dificuldades por que passam os jornalistas, ao afirmar que "nem sempre o colaborador é visto como um consumidor, mas sim como um produtor, um concorrente a quem importa minorar os ganhos e aumentar as despesas." (Ibid: 14). Perante esta situação, "alguns camaradas [vêem-se] na contingência de recorrer à acumulação de empregos, nem sempre afins ou complementares." (Ibid: 14).

Para este jornalista, o Sindicato deveria sempre zelar pelos direitos dos seus associados, procurando um aumento dos vencimentos, pois os valores que se praticavam na época estavam "unanimente muito desactualizados" (Ibid: 14). Este aumento vai conter a acumulação de

empregos, que se considerada “prejudicial ao bom exercício da profissão” (Ibid: 14), pois estorva aquela que deve ser a principal ocupação do jornalista, o jornalismo. Se, no entanto, for realmente necessária uma acumulação de empregos, o profissional deve procurar que este esteja relacionado com a imprensa. Mas, acima de tudo, “o baixo nível de remunerações não serve de desculpa para a inobservância dos deveres básicos da profissão e o Sindicato deve agir vigorosamente, e, se necessário, expulsar da profissão os jornalistas que porventura menosprezem esses deveres.” (Ibid: 14).

Norberto Lopes (1967), um dos jornalistas mais conceituados da sua época, também colaborou em *Jornalismo*, debatendo a questão da profissão de jornalista, no que esta tem de melhor e pior. Num texto cujo título reflete exatamente aquilo que o seu autor pretendeu fazer (dar “Uma Lição de Jornalismo”), podem obter-se diversos ensinamentos: Explicava Norberto Lopes, entre outras coisas, que muito do que um jornalista sabia aprendia na redação com o trabalho prático lá realizado, não excluindo, no entanto, a necessidade de uma escola de jornalistas:

Com efeito, entre nós (...) não há nenhuma escola que habilite para a profissão de jornalista e não são raros aqueles que conseguem ser admitidos sem ter a menor preparação para tal. (...) Em boa verdade, (...) as verdadeiras escolas de jornalistas foram sempre os próprios jornais, o que não quer dizer que deixe de se reconhecer a vantagem, até mesmo a necessidade, de as instituir. (...)

Outro conceito geralmente aceite é o de que o jornalismo conduz às melhores situações, com a condição de o abandonar a tempo. Aqueles que assim procedem não são, verdadeiramente, jornalistas, porque, se o fossem, teriam criado maior amor à profissão e não desertariam facilmente das fileiras. Há, evidentemente, jornalistas que, em vez de a servirem, se servem dela em proveito próprio, pondo a sua actividade ao serviço de funções mais ou menos respeitáveis mas sempre mais rendosas. E há também aqueles que têm aspirações legítimas e saem do jornalismo, aonde foram buscar experiência, relações e conhecimentos que lhes hão-de ser úteis, para ingressar noutras carreiras, como a diplomacia, a política, a alta finança, a administração privada, ocupando lugares onde a sua inteligência e a sua competência encontram compensações morais diferentes e compensações materiais que o jornalismo nunca lhes poderia dar (Lopes, 1967: 4).

O autor refere ainda que ser jornalista é aliciante e exige muita responsabilidade, embora seja uma profissão em que os proventos costumam ser poucos, o que leva a que alguns dos profissionais se sujeitem a pressões externas para servir “outros interesses” que não o de praticar uma informação isenta e imparcial.

Trata-se na verdade, de uma profissão aliciante, de uma profissão que nem todos compreendem, que alguns invejam e que muitos caluniam. Um jornalista é considerado uma pessoa indiscreta e inconveniente, lisonjeado por aqueles que se servem dele para alcançar os seus fins, mas detestado por aqueles que a sua pena justa ou injusta não poupa a uma crítica acerada. Desvirtuados os seus propósitos honestos, e temidos por aqueles que não têm a consciência tranquila, (...) sofrem por um lado a incompreensão de muitos e por outro lado a desconfiança de alguns. Trata-se, na verdade, de uma profissão em que os proventos são poucos e as responsabilidades são grandes. (...) Claro que também há jornalistas menos honestos ou menos responsáveis. (...) Há penas que se põem ao serviço de interesses inconfessáveis e mesmo de interesses políticos, hipotecando a sua opinião a um traficante ou a um regime. Os primeiros abdicam da sua dignidade e os segundos da sua independência, que constituem as duas maiores virtudes de um jornalista e os predicados essenciais para o regular exercício da profissão (Lopes, 1967: 4).

O jornalista Costa Carvalho (1970) colaborou de forma assídua com o boletim. Num dos artigos que escreveu, falou sobre o jornalista, apelidando-o de "homem de carne e osso" (Carvalho, 1970: 4). Esclarece quem é ou o que é, para si, o jornalista, declarando que este é um indivíduo que se realiza a ser jornalista.

O jornalista. Ser jornalista. Parecendo uma repetição pleonástica, o jornalista e o ser jornalista envolvem ideias diferentes. No primeiro dos dois conceitos, está quase exclusivamente o indivíduo; no segundo, a maneira como ele se realiza. (...)

O que é, pois, um jornalista? (...) o jornalista é aquele que nasce como tal, remontando com escandalosa sem-cerimónia às insondáveis origens das coisas e das pessoas. Para esses, portanto, jornalista é aquele; é e sempre foi. Não se faz. Eu diria que, em boa verdade, o jornalista nasce, mas para ser feito. (...)

Mas o que é, afinal, o jornalista? O sujeito activo da estrutura da informação? O simples exercitador privado de uma função pública? Um mero executor da comunicação indirecta?

Antes de tudo e acima de tudo, o jornalista é, como diria Unamuno, um "homem de carne e osso – o que nasce, sofre e morre – sobretudo morre – o que come, e bebe, e joga, e dorme, e pensa, e quer, o homem que se vê e a quem se ouve, o irmão, o verdadeiro irmão" (Carvalho, 1970: 14).

Ainda sobre o jornalista, Costa Carvalho recomenda força e união à classe, pois seria a melhor maneira de os jornalistas dignificarem a profissão, enquanto partilha o que, para si, é um jornalista digno desse nome, ao mesmo tempo que aborda o tema do ensino do jornalismo:

É isto que eu considero a religião do jornalista – tolerar para compreender, compreender para admirar, admirar para ser livre, ser livre para informar. (...)

Só o jornalista português ainda não descobriu que tem de ser a força legal da sua universidade a conferir-lhe um direito inalienável e não a ser investidos pelas empresas em funções que também ela causa a bel-prazer e aparentemente sobre pressões, como agora se convencionou dizer para mascarar faltas de coragem e personalidade. (...)

As nações têm os governos que merecem; os jornalistas o demérito que se consente. (...)

“Um jornalista digno desse nome”

- Assume a responsabilidade dos seus escritos;
- Considera a calúnia, as acusações sem provas, a falsificação de documentos, a deformação de factos, a mentira, as mais graves faltas profissionais;
- Não reconhece senão a jurisdição dos seus pares, soberano em matéria de honra profissional;
- Não aceita tarefas incompatíveis com a sua dignidade profissional;
- Exime-se de invocar um título ou uma qualidade imaginários, de servir-se de meios desleais, para obter uma informação ou defraudar a boa-fé seja de quem for;
- Não aceita dinheiro de particulares ou entidades públicas para que a sua qualidade de jornalista, suas influências e relações não sejam susceptíveis de exploração;
- Não assina artigos de propaganda comercial ou financeira;
- Não comete plágios;
- Cita os camaradas dos quais reproduziu qualquer texto;
- Não solicita o serviço destinado um camarada, não provoca competências oferecendo-se para trabalhar em condições inferiores;
- Respeita o sigilo profissional;
- Não se serve da liberdade da Imprensa com intenções reservadas;
- Reivindica a liberdade de publicar honestamente as suas informações;
- Não confunde a sua missão com a de um polícia (Carvalho, 1970: 14).

Deve, talvez, em jeito de consideração, reconhecer-se que, em *Jornalismo*, a discussão sobre uma maior dignificação da profissão, fosse essa dignificação de ordem moral, social, material, ou outra, não se esgotava. Os redatores do boletim esforçaram-se por debater o assunto, dando

voz a uma classe que precisava de acreditar em si mesma e na utilidade pública da sua profissão para que também os outros acreditassem. Assim, alguns dos textos publicados apelam à melhoria das condições materiais (salariais), morais e sociais do exercício profissionais.

Outros textos sugerem que o jornalismo é uma profissão difícil, mais ainda, perigosa e, às vezes, incompreendida, até porque os jornalistas estão sujeitos a erros, uma vez que, como qualquer ser humano, são feitos de carne e osso. Mesmo assim, esperava-se deles uma formação acima da média e uma enorme cultura geral. Tendo em conta a influência social do jornalismo, exigia-se-lhes o cultivo de valores profissionais e o desenvolvimento de uma ética de responsabilidade nas relações com o público. Sugeria-se, nesse campo, por exemplo, o respeito pela verdade e pela neutralidade.

Como publicação destinada a jornalistas, o boletim *Jornalismo* figurava como um palco onde se poderiam encenar opiniões, contributos e ecos que solidificassem a profissão. O discurso da publicação fazia-se a pensar no presente e no futuro da profissão (sem deixar de apresentar a história que a trouxe até ali) de modo a apontar caminhos seguros que dignificassem de vez os profissionais da imprensa.

Considerações finais

Lendo-se as publicações do Sindicato Nacional do Jornalistas, o *Boletim*, da primeira metade da década de quarenta, e *Jornalismo*, nomeadamente os números publicados entre finais dos anos sessenta e inícios de setenta, percebe-se que um dos grandes assuntos que preocupava o SNJ era a sua própria profissão. Assim, como primeira consideração final, pode afirmar-se que, em ambas as publicações, os seus redatores pugnaram por uma maior elevação e por uma afirmação da profissão jornalista.

O Sindicato Nacional dos Jornalistas teve, no início dos anos quarenta, uma importante ação para a dignificação da profissão e para a definição conceptual da sua natureza e de quem poderia ser efetivamente considerado jornalista. O SNJ procurou, sobretudo, traçar uma fronteira – talvez algo elitista – entre os profissionais, a quem eram outorgados os deveres e os direitos fixados pela lei e pelos acordos corporativos, e os amadores, que por escreverem em jornais se consideravam a si mesmos jornalistas. Tendo o *Boletim* do SNJ em consideração, é correto afirmar, aliás, que as energias dos jornalistas profissionais portugueses através do SNJ foram mais canalizadas, nos alvares da década de quarenta do século passado, para a melhoria do seu estatuto profissional, e em especial da sua condição socioeconómica, do que para o combate em prol da recuperação das liberdades cívicas, nomeadamente da liberdade de imprensa.

Já na época da publicação de *Jornalismo*, entre 1967 e 1971, nota-se que os seus colaboradores procuraram, entre outras coisas, transmitir a idéia (tanto para si mesmos, como para os outros) de que o jornalismo era uma profissão digna e merecedora de elevado estatuto, quer pela função que desempenhava na sociedade, quer pelas responsabilidades (morais, culturais, sociais) que

os seus profissionais enfrentavam nessa mesma comunidade. Ao mesmo tempo, é correto afirmar que os jornalistas portugueses da época referida se bateram por uma melhoria do seu estatuto profissional e das condições socioeconómicas, alegando, frequentemente, a necessidade de aumentos salariais de modo a fazer corresponder aquilo que auferiam com aquela que era a realidade da profissão que desempenhavam: uma profissão dura, difícil, perigosa, às vezes, incompreendida e até mal vista. Os jornalistas costumavam mesmo apregoar que eram possuidores de qualidades incomuns de devoção e sacrifício à profissão. Os jornalistas portugueses pugnaram, também, por uma formação adequada, que lhes permitisse, se necessário, a especialização num determinado ramo do jornalismo e/ou a constante atualização (ou reforço) dos conhecimentos, tão necessários para uma boa execução das tarefas jornalísticas.

É possível, também, concluir que o discurso adotado pelo Sindicato Nacional dos Jornalistas no *Boletim* e em *Jornalismo* é predominantemente informativo e moderado, com pretensão de esclarecimento das suas ações e não de incitamento à luta sindical ou ao combate contra as empresas jornalísticas.

No que respeita à contribuição dos jornalistas portugueses da primeira metade da década de quarenta do século passado e de finais dos anos sessenta, princípios de setenta, para a construção do Pensamento Jornalístico Português, pode dizer-se que eles se preocuparam em dar respostas a questões relevantes para a conceptualização da profissão: Quem somos? O que é e o que faz um jornalista? O jornalismo é “verdadeiramente” uma profissão? Que tipo de profissão? Será o jornalismo uma profissão liberal? Quem “verdadeiramente” é jornalista? De onde vimos? De onde surgiu o jornalismo e como é que a história o conduziu aos dias de hoje? Precisamos de formação para sermos jornalistas? Se sim, que tipo de formação deveremos ter? As respostas a essas e outras questões relevantes para o imaginário e para a identidade profissionais nem sempre foram consonantes, mas foram, normalmente, pertinentes. Sobretudo, elas dão uma panorâmica do que pensavam os jornalistas portugueses das épocas em questão sobre a sua profissão, daquilo em que estavam unidos e daquilo que os desunia. Portanto, como terceira consideração final, é possível aceitar a hipótese colocada na introdução, pois o *Boletim* do SNJ um dos temas que, de acordo com Sousa (coord.) *et al.* (2010), é tema estruturante do Pensamento Jornalístico Português anterior a 1974: conjuntura jornalística e vida profissional (englobando-se aqui, nomeadamente, as relevantes questões da delimitação das fronteiras do jornalismo profissional e da natureza do jornalismo).

Referências bibliográficas

- AFONSO, C. (1967): A situação do jornalista profissional português. *Jornalismo*, n.º 3, p. 9-10.
- AZEVEDO, M. (1967): A situação do jornalista profissional português. *Jornalismo*, n.º 3, p. 10-12.

- CARVALHO, C. (1967): A situação do jornalista profissional português. *Jornalismo*, n.º 3, p. 13-14.
- CARVALHO, C. (1970): Jornalista: Homem de Carne e Osso. *Jornalismo*, 2.ª série, n.º 1, p. 14-17.
- CUNHA, A. (1941): Jornalismo nacional. Das malogradas associações de imprensa à alvitrada Ordem dos Jornalistas Portugueses. Separata do *Boletim*, n.º 2.
- GARÇÃO, P.M. (1945): Missão e projecção do jornalismo na nossa terra. *Boletim*, n.º 5, p. 7-11.
- LOPES, N. (1967): Uma lição de Jornalismo. *Jornalismo*, n.º 5, p. 4-6.
- MANSO, J. (1945): O jornalismo. *Boletim*, n.º 5, p. 269-273.
- PIMENTEL, F.A. (1945): Elogio do jornalista. *Boletim*, n.º 5, p. 142-145.
- SANTOS, J.R. (1941): Da profissão. *Boletim*, n.º 4, p. 139-141.
- SANTOS, M. (1941): O jornalismo. *Boletim*, n.º 1, p. 39-40.
- SOUSA, J.P. (2006): *Elementos de teoria e pesquisa da comunicação e dos media*. 2ª edição revista e ampliada, Porto, Edições Universidade Fernando Pessoa.
- SOUSA, J.P. (coord.) et al. (2010): *O pensamento jornalístico português: Das Origens a Abril de 1974*. 2 volumes, Covilhã, Livros LabCom.
- TEIXEIRA, L. (1945): O que é ser jornalista? *Boletim*, n.º 5, p. 135-141.